

OI GENTE... EU NÃO ROUBEI GALINHAS! CONTRIBUIÇÕES DO ENFOQUE NARRATIVO À TERAPIA COMUNITÁRIA

Marilene A. Grandesso^{1,2}

NUFAC – Núcleo de Família e Comunidade da PUC-SP

INTERFACI – Instituto de Terapia: Família, casal, comunidade e indivíduo

RESUMO

Este trabalho propõe-se a considerar a fundamentação teórica da Terapia Comunitária à luz de uma epistemologia novo-paradigmática, fundada nos princípios da complexidade, imprevisibilidade e intersubjetividade. Os sistemas amplos com os quais a Terapia Comunitária é realizada podem ser considerados como organizações complexas geradoras de linguagem e significados para os quais contribuem múltiplas redes: a família, a instituição, a vizinhança, os vários e sobrepostos sistemas de pertencimento, desde os decorrentes da cultura local de cada participante, até o formado pelo grupo de Terapia Comunitária. De acordo com o referencial da autora, além do Pensamento Sistêmico e da Teoria da Comunicação, a Terapia Comunitária pode-se beneficiar dos fundamentos e prática derivada do enfoque narrativo. São pressupostos desse referencial que as pessoas vivem suas vidas através de histórias; que as narrativas determinam aspectos da experiência que são ou não historiados na linguagem; que os significados atribuídos à experiência constroem a autobiografia das pessoas, ampliando ou restringindo suas possibilidades existenciais e que os significados narrativos são construídos, mantidos e transformados nas comunidades locais. O relato de uma experiência vivida em um grupo de Terapia Comunitária serve de contexto para ilustrar a reconstrução de significados não só de uma autobiografia individual, mas das histórias coletivas dos participantes de sessões de Terapia Comunitária. Contextualizado, o que poderia a princípio caracterizar-se como uma

¹ Psicóloga, doutora em psicologia clínica, professora e supervisora do curso de Terapia Familiar e de Casal da PUC-SP, coordenadora do curso de Terapia Comunitária da PUC-SP, supervisora do curso de Capacitação em Terapia Comunitária da prefeitura de São Paulo (2203/2004)
e-mail: mgrandesso@uol.com.br

² Publicado em Camarotti, M. H., Fukui, L. & Marchetti, L. B. A Terapia Comunitária no Brasil. *Anais do II Congresso Brasileiro de Terapia Comunitária*. Brasília: 2004.

narrativa delirante, transforma-se numa porta de entrada para a construção de histórias preferidas, organizadas pelos significados de respeito e dignidade. A autora argumenta a favor da inclusão da abordagem narrativa nos contextos de formação dos Terapeutas Comunitários.

Palavras-chave: Terapia comunitária, pensamento sistêmico. Abordagem narrativa, significado, histórias.

COMUNIDADE: UM ENFOQUE SISTÊMICO NOVO-PARADIGMÁTICO

Pensar a comunidade como um sistema implica em pensá-la como uma rede de interações complexas e imprevisíveis, na qual as trocas entre os participantes, na sua intersubjetividade, mantêm uma relação de interdependência, de tal maneira especial que distingue este arranjo humano de um mero agrupamento ou ajuntamento de pessoas. O elemento organizador de uma comunidade como um sistema, se entendermos os sistemas humanos como sistemas lingüísticos, geradores de linguagem e significado (ANDERSON & GOOLISHIAN, 1988; GRANDESSO, 2000) é a conversação estruturada pelas narrativas que colocam pessoas numa rede de trocas que se dão na ação e na emoção, estruturando tanto formas de pensar, como formas de sentir e de agir.

De acordo com um enfoque pós-moderno para compreensão dos sistemas humanos, uma comunidade pode ser considerada como um contexto de vida organizando os vínculos e as práticas de convivência entre as pessoas, de forma mais ou menos dignificante. Pensar a comunidade do ponto de vista novo-paradigmático, implica construir uma compreensão à luz da complexidade dos contextos e das relações, da imprevisibilidade dos sistemas que funcionam afastados do equilíbrio e das trocas intersubjetivas que se dão na linguagem, construindo e compartilhando significados que organizam tanto os valores como as práticas de convivência entre as pessoas. Como todo sistema complexo, autopoietico e auto-organizador, as comunidades têm tanto os seus problemas como as suas soluções. Na sua organização sistêmica em redes solidárias, as comunidades podem gerar seus momentos de transcendência, construindo suas próprias possibilidades de mudança dos impasses existenciais que as oprimem. Nesse sentido, trabalhar com comunidades implica trabalhar

na construção de contextos para que os membros que a compõem criem e/ou acessem suas próprias competências e transformem as oportunidades e adversidades em momentos de transição para outros arranjos de existência.

TERAPIA COMUNITÁRIA: UM SISTEMA GERADOR DE LINGUAGEM E SIGNIFICADOS

Dadas as características da *Terapia Comunitária* (BARRETO, in press; GRANDESSO, 2003) o sistema que se constitui a cada sessão é um sistema móvel, formado, geralmente, por pessoas que participam continuamente a cada sessão e por aqueles que o fazem ocasionalmente, podendo ou não regressar, muitas vezes comparecendo muito esporadicamente. As pessoas participantes de uma sessão de terapia comunitária não mantêm necessariamente uma história de vínculos e convivência em outros contextos além da própria sessão. Muitas vezes, o que têm em comum, é simplesmente o fato de serem usuários de um mesmo sistema de saúde, de um mesmo espaço público, como por exemplo, um parque, um posto de atendimento médico. Taís formas de pertencimento não são condição suficiente para organizar essas pessoas como sistema. Um sistema tem uma dinâmica própria que, na linguagem conceitual costumamos expressar dizendo – é mais que a soma das partes e ao mesmo tempo, menos que a soma das partes, dadas as inúmeras formas possíveis de ação no mundo de cada membro. Para que os participantes de um espaço comum possam ser considerados como formando um sistema, algo deve se passar entre eles que favoreça conexões, caracterizadas como uma rede de trocas interativas que os coloquem em relação uns com os outros, num interjogo de ação e emoção. Tais ações e emoções são organizadas pelas redes de conversações que contribuem tanto para constituir o sistema como para dissolvê-lo.

A prática da Terapia Comunitária tem como uma de suas decorrências, constituir um grupo como um sistema, conforme organiza pessoas numa rede de conversações qualificadas com um propósito de favorecer, além do alívio do sofrimento, mudanças que ampliem as condições de uma existência com mais dignidade, respeito e cidadania. Aliás, se tomarmos o sofrimento como organizador de sistemas de significados, pessoas que

sofrem de um mesmo mal, como a pobreza, a discriminação, o preconceito, os mal-tratos, reconhecem no outro que sofre dos mesmos males, um semelhante. Sabemos que o sofrimento de uma pessoa é tão idiossincrático que jamais poderia ser igual ao da outra, mas isto não impede que se instale significados compartilhados, tecidos pelos laços das ressonâncias em que a dor de um ativa o reconhecimento de dores semelhantes nos outros. Todos nós sabemos que reconhecer uma situação como sendo um problema é o primeiro passo na busca de possibilidades de mudança.

A rede de conversações que constituem a comunidade como um sistema, no caso em terapia, é organizada pelos significados construídos em torno do sofrimento humano. Apresentadas em narrativas sobre o vivido e numa atitude de legitimação, solidariedade, respeito e compaixão, próprias da Terapia Comunitária, constituem um contexto para que cada pessoa possa ser reconhecida como um ser humano legítimo, independente de sua origem e suas circunstâncias.

Todos nós que trabalhamos com comunidades carentes, vivenciamos os dramas dos que se defrontam com múltiplos problemas o que, além do estreitamento das possibilidades de viver com dignidade, contribui para um progressivo empobrecimento da visão de si mesmo como pessoa e da crença nas possibilidades de mudança de sua condição de aniquilamento. Da apatia dos corpos dóceis subjugados pelo sofrimento (tão bem ressaltados por FOUCAULT , 1987), submetidos pela impotência do que não se pode mudar, até a violência daqueles para quem a falta de valor da própria existência jamais poderia reverter em valorização da vida do outro, os contextos de vida organizam as saídas possíveis a partir das dinâmicas de vida das pessoas envolvidas. A história tem mostrado que, entre ensaios e erros, perdas e ganhos, mudanças significativas são possíveis, desde que favoreçam a soma de esforços e a complementação de recursos que decorrem das organizações solidárias calcadas na ética das relações. A Terapia Comunitária é um dos contextos que têm se mostrado úteis nesse sentido, conforme favorece a organização de redes solidárias e reconhece as competências das pessoas, famílias e comunidades.

TEORIA NARRATIVA E TERAPIA COMUNITÁRIA; UM ENCONTRO PRODUTIVO

De acordo com um enfoque narrativo, vivemos nossas vidas através das histórias que construímos sobre os acontecimentos vividos nos múltiplos contextos de nossa existência e nos limites de nossa linguagem, nossa família e nossa cultura. Embora a experiência seja sempre infinitamente mais rica do que qualquer possibilidade de apropriação pelos nossos discursos (GRANDESSO, 2000; WHITE & EPSTON, 1993; BRUNER, 1997) compreendemos que as narrativas têm a função de organizar a vida, determinando a forma como atentamos para os episódios da existência, que compreendemos os acontecimentos vividos e construímos a visão que temos sobre nós mesmos. Como nos tornamos a pessoa que somos a partir de nossas relações e num processo sempre em aberto, as histórias de nossas vidas e nossas autobiografias são co-autoriadas pelos múltiplos outros, presentes na nossa história que legitimam nossa identidade-em-contexto, conforme ressalta Sluzki (1997). Contudo, em condições aviltantes de sofrimento, o sentimento desalentador de falta de perspectiva de mudanças, contribui para um desempoderamento da pessoa, numa progressiva perda da autoria da própria história. Minuchin et al. (1999) ressaltam categoricamente isto dizendo que “um fato recorrente e perturbador para essas famílias [pobres] é que elas não escrevem suas próprias histórias” (p. 29).

Um interjogo recursivo de interações entre pessoas e contextos no campo existencial, as histórias que construímos amplificam ou restringem as condições de felicidade das pessoas e das comunidades que constroem, conforme favoreça ou restrinja trocas inovadoras e renovação das possibilidades temáticas das narrativas que organizam os significados da existência. Um contexto de empobrecimento das possibilidades relacionais, contudo acontece conforme narrativas recorrentes funcionem como uma espécie de engrenagem rodando em falso. Na natureza dessas histórias redundantes e não sensíveis às diferenças de contexto, nada se transforma e nada se cria... Da mesma forma que os adeptos das leituras corporais dizem que a energia que deixa de circular resulta em um corpo que padece de dor e adoecimento, pode-se dizer que as narrativas redundantes das histórias de sofrimento e empobrecida visão de si mesmo, cristalizadas por uma matriz de significados saturados de problemas, restringem as possibilidades de renovação e mudança. Nossas histórias são nossas lentes pelas quais construímos o mundo em que vivemos. Não há diferença que faça diferença, usando as palavras de Bateson (1972), quando a

possibilidade de construir narrativas deixa de estar aberta para a eventualidade dos contextos, para o novo e o surpreendente. Estas redundâncias nas histórias dominantes empobrecidas restringem o campo perceptivo e, conforme diz Vygotsky (op. cit. SAWAIA, 2003, P. 49), “quanto mais pobre for o campo perceptivo, mais escravo do campo sensorial nos tornamos e mais insuficiente torna-se a diferenciação do mundo perceptivo e emotivo”.

“E AGORA... JOSÉ?” QUEM VAI ACREDITAR NA SUA HISTÓRIA? DO DELÍRIO À LIBERTAÇÃO

É nesse contexto que se insere a história de Sr. José, um maranhense que vivia numa favela da periferia de São Paulo e participante das sessões de Terapia Comunitária das quais eu pude ser uma das terapeutas. Aprisionado numa narrativa cuja organização temática configurava uma defesa por não ter roubado galinhas na terra em que nascera e crescera, Sr. José respondia a toda e qualquer tentativa de conversação, contando a mesma história: ‘ói gente, eu não roubei galinhas. Eu sou um cara trabalhador e eu não roubei galinhas. Se roubei... Só se foi dormindo...’ Naturalmente, uma tal narrativa, redundante e descontextualizada, configurava um círculo vicioso afetando negativamente a aceitação e inclusão de Sr. José nas práticas de convivência no grupo, da mesma forma que a presença de Sr. José com esse discurso também revertia em mal estar para os presentes. Desde a primeira vez que Sr. José participou de uma sessão de Terapia Comunitária, pudemos compreender o que Sluzki (1997) chama de *espiral de deterioração recíproca*, ao descrever o impacto negativo das dificuldades crônicas tanto na saúde do indivíduo como na qualidade da rede social da qual ele faz parte. Inevitavelmente, um tal discurso tanto contribuía para uma retração da rede social possível para Sr. José, poucos o levavam a sério e manifestavam qualquer interesse em estar com ele. Mesmo dentro da sessão de Terapia Comunitária, quando Sr. José respondia a todo e qualquer aporte contando a mesma história, as pessoas riam e mudavam de assunto, resultando numa aura de isolamento cada vez mais intenso... Sabemos também, pelos estudos sobre rede social que pessoas menos integradas socialmente têm uma qualidade empobrecida de vida, estando mais sujeitas ao adoecimento e até mesmo às morte. Por outro lado, um senhor idoso e motivo de risos num

grupo de Terapia Comunitária, sem dúvida, não poderia contribuir para uma dinâmica saudável, se tivermos como eixos norteadores o respeito incondicional pelo ser humano.

Apesar da repetitividade do discurso de Sr. José, chamou-nos a atenção que, a história dominante sobre um suposto roubo de galinhas, não havia tomado conta de todas as possibilidades de estruturação de seu pensamento. Numa sessão de Terapia conduzida por Adalberto Barreto com nossa comunidade, quando de um workshop em São Paulo, Sr. José respondeu com a mesma história a uma pergunta dirigida por Adalberto a cada membro presente - ‘Por que as pessoas bebem?’ Da mesma forma que sempre acontecera, os participantes riram. Porém, naquele momento, uma agente comunitária presente, colocando-se na frente do velho senhor e olho no olho, lhe disse: “Não é isso, Sr. José... ele está perguntando por que as pessoas bebem...” Surpreendentemente, Sr. José respondeu: “Ah... é por amor e por falta de dinheiro no bolso...” Contudo, na sessão posterior que realizamos, agora sem a presença de Adalberto Barreto, a mesma história de auto-defesa por não ter roubado galinhas voltou a aparecer no discurso de Sr. José. Conviver com essa história tal qual havíamos feito até então, no nosso entender estava servindo não só para cristalizá-la, mas também por manter uma atitude de desvalorização da comunidade em relação ao solitário senhor. Assim, decidimos realizar um Ritual de Expição de Dívidas para Sr. José, de modo a favorecer um reconhecimento público por parte da comunidade que “ou Sr. José não devia nada por de fato nunca ter roubado galinhas, ou já havia pago sua dívida, caso o tivesse feito, mesmo que dormindo, pelo tanto que já havia sofrido e se mortificado por tal possibilidade”.

Feito esse ritual, concretizado num documento escrito que lhe foi entregue, a comunidade presente não só concedeu crédito a Sr. José na história que o atormentava, como reconheceu sua possibilidade de se libertar da prisão de seu conteúdo temático, redefinindo sua história pessoal de uma espécie de ‘ladrão de fundo de quintal e, portanto, um devedor’ para cidadão livre de culpa. Tal reconhecimento selado pelo documento assinado por todos os presentes, concedia ao Sr. José uma espécie de carta de alforria para uma história que o escravizava e o impedia inclusive de voltar para sua terra. Aliás, foi o que Sr. José fez com sua família, cerca de dois meses depois. Por outro lado, o impacto de tal recurso terapêutico não se restringiu apenas a Sr. José. A comunidade

também se beneficiou do clima de respeito concedido à pessoa desse velho senhor, tratado numa atitude de com(paixão), independente da veracidade de sua história.

Estamos todos implicados no sofrimento que acontece sob os nossos olhos... A comunidade, compartilhando essa prática, pôde testemunhar a mudança no discurso de Sr. José, daquilo que poderia ser considerado um discurso delirante para outras histórias mais fluidas e abertas a novos significados. Assim, soubemos que Sr. José tinha uma companheira, a forma como ela cuidava dele, e, o principal, não precisou mais contar no grupo a velha narrativa sobre um suposto roubo de galinhas.

TERAPIA COMUNITÁRIA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A PRÁTICA

Essa prática que a princípio poderia ser considerada uma atenção ao problema individual, aconteceu no término da sessão de Terapia Comunitária, após o Ritual de Encerramento próprio de cada sessão. Poderíamos ser questionadas quanto ao sentido disto tudo numa abordagem de Terapia Comunitária. No entanto, no meu entender, Sr. José vivia na comunidade em que trabalhávamos uma típica situação de exclusão. Estava sempre presente, mas nunca levado a sério, como acontece muitas vezes àqueles que parecem senis e/ou insanos. Contudo, toda situação de exclusão, instala um círculo vicioso de interconstituição entre excluído/excludor. Ou seja, a exclusão implica tanto o excluído como aquele que exclui, num interjogo dialético de interconstituição. Assim, ao trabalharmos a inclusão de Sr. José estávamos também trabalhando a ação de incluir da rede social formada pelos participantes da sessão. Se, por um lado Sr. José pôde se beneficiar da sua nova condição de inclusão, os participantes presentes puderam viver uma prática de respeito e de valorização do outro como legítimo outro. Portanto, essa foi uma via de duas mãos, permitindo transmutar o círculo vicioso da exclusão em círculo virtuoso da inclusão.

Como surgiu essa compreensão da história e essa idéia do Ritual Terapêutico, além da nossa própria criatividade? Como uma prática narrativa de desconstrução de significados de uma história dominante, tal prática decorreu de nosso entendimento da abordagem narrativa. Tal abordagem, aliada ao modelo de Terapia Comunitária Sistêmica, proposto

por Adalberto Barreto, conforme compreendo, amplia as possibilidades de organização da conversação terapêutica, organizando o interjogo de perguntas e de escuta, bem como valendo-se de processos reflexivos que ampliam não só os recursos do terapeuta comunitário como as possibilidades de construir contextos de mudanças nos participantes em geral. Assim, entendo ser útil para os cursos de formação a inclusão dos princípios e recursos das abordagens narrativas, tanto para estruturar a conversação terapêutica como para organizar contextos vivenciais para os participantes poderem narrar as próprias histórias a partir de organizações temáticas e outros significados mais libertadores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, H. & GOOLISHIAN, H. (1988). Human systems as linguistic system: preliminary and evolving ideas about the implications for clinical theory. *Family Process*, 27: 371-393.
- BATESON, G. (1972). *Steps to an ecology of mind*. New York: Ballantine Books.
- BARRETO, A. (in press). *Terapia comunitária passo a passo*.
- BRUNER, J. (1997). *Atos de significação*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- FOUCAULT, M. (1987). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes.
- GRANDESSO, M. A. (2003). Terapia comunitária: um contexto de fortalecimento de indivíduos, famílias e redes. Disponível no site da ABRATEF – Associação Brasileira de Terapia Familiar <http://www.abratef.org.br/arquivos.cfm>
- GRANDESSO, M. A. (2000). *Sobre a reconstrução do significado: uma análise epistemológica e hermenêutica da prática clínica*. São Paulo: Casa do psicólogo.
- MINUCHIN, P., COLAPINTO, J. & MINUCHIN, S. (1999). *Trabalhando com famílias pobres*. Porto Alegre: Artmed.
- SAWAIA, B. B. (2003). Família e afetividade: a configuração de uma prática ético-política, perigos e oportunidades. In A. R. ACOSTA, M. A. F. VITALE (Orgs.). *Família: redes, laços e políticas públicas*, pp. 39-50. São Paulo: IEE PUC-SP.
- SLUZKI, C. E. (1997). *A rede social na prática sistêmica: alternativas terapêuticas*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

WHITE, M. & EPSTON, S. (1993). *Medios narrativos para fines terapéuticos*. Barcelona-Buenos Aires: Paidós.